

CENTRAIS SINDICAIS QUEREM AUDIÊNCIA COM PRESIDENTE DO TSE

FOTO ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



AS CENTRAIS sindicais manifestaram preocupação diante da explosão de denúncias de assédio eleitoral patronal para constringer trabalhadores e trabalhadoras a votar em Jair Bolsonaro. Por isto encaminharam correspondência ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre Moraes, sugerindo que o Tribunal viabilize a realização de uma campanha de combate à prática criminosa nas redes de rádio e TV e solicitaram uma reunião com Moraes para debater o problema. Leia a íntegra:

À Sua Excelência o Senhor Ministro Alexandre Moraes

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Solicitação das Centrais Sindicais para divulgação

de campanha contra assédio eleitoral

Excelentíssimo Senhor As Centrais Sindicais requerentes, reconhecidas pela Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, participam de fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social. Possuem, ainda, notória atuação na defesa da democracia e dos direitos da classe trabalhadora no Brasil.

Tendo em vista o número crescente de denúncias de assédio eleitoral – as formalizadas por meio da página da internet do Ministério Público do Trabalho já somam mais de mil e várias estão documentadas com vídeos – e a proximidade do segundo turno das Eleições Gerais de 2022, é imprescindível uma ação contundente e urgen-

te do Tribunal Superior Eleitoral na defesa da liberdade de convicção política e do direito fundamental ao voto livre e secreto.

As Centrais Sindicais, preocupadas com a situação, já criaram canal de denúncia para acesso de todos os trabalhadores e as trabalhadoras: **www.assedioeleitoralecrime.com.br**

Por tais razões, as Centrais Sindicais Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores – UGT, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – Central dos Sindicatos Brasileiros – CTB, e Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST solicitam a veiculação de campanha de prevenção e combate ao assédio eleitoral

em rádio e televisão (Lei nº 9.504/1997, art. 93 e Res.-TSE nº 23.610/19, art. 115).

As Centrais signatárias aguardam manifestação, requerendo, desde já, audiência com Vossa Excelência.

Respeitosamente,
Adilson Araújo, presidente da CTB – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

Sérgio Nobre, presidente da CUT – Central Única dos Trabalhadores

Miguel Torres, presidente da Força Sindical

Ricardo Patah, presidente da UGT – União Geral dos Trabalhadores

Oswaldo Augusto de Barros, presidente da NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores

Álvaro Egea, Secretário Geral da CSB – Central dos Sindicatos Brasileiro

MAIS DE 140 MIL FAMÍLIAS CORREM RISCO DE DESPEJO

Com o governo Bolsonaro, falta tudo no Brasil. Inclusive políticas públicas de moradia para a população. Segundo a campanha Despejo Zero, 142 mil famílias no campo e na cidade correm risco de despejo, a partir de novembro.

Durante a crise sanitária, a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) impediu a realização de despejo forçado. Mas, o prazo acaba na segunda-feira (31/10), em meio ao desemprego recorde e aumento de custo de vida.

Os dados ainda mostram que houve crescimento de 655% no número de famílias ameaçadas de perder a moradia desde o início da



Foto DIVULGAÇÃO

pandemia. No período, 21.492 crianças foram despejadas e 20.990 pessoas idosas.

Já entre as pessoas que necessitam de um teto para viver, 1,5 milhão vivem em moradias precárias, outras 13,3 milhão moram com outras famílias e 3 milhões sofrem com o preço do aluguel.

Sem falar que o governo Bolsonaro cortou 98% dos recursos para a construção de novas unidades habitacionais voltadas a famílias com renda de até R\$ 1.800,00, que engloba a maior parte do déficit habitacional.

Educação e saúde podem ficar sem desconto no Imposto de Renda



Como se não bastassem as ameaças do reajuste abaixo da inflação do salário mínimo e aposentadorias, caso Bolsonaro seja reeleito, o governo planeja retirar o desconto do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física) para gastos com educação e saúde.

Segundo reportagem publicada pelo Estadão, o

estudo elaborado pelo Ministério da Economia prevê uma economia de R\$ 30 bilhões aos cofres públicos. Tudo para compensar parte das promessas feitas por Bolsonaro aos apoiadores para conseguir a reeleição.

Com saúde, a estimativa é de que sejam economizados R\$ 24,5 bilhões ao ano. Outros R\$ 5,5 bilhões seriam

com educação. O mesmo não se pode dizer dos brasileiros que, para cobrir o rombo de Bolsonaro, teriam de pagar muito mais ao Leão.

Atualmente, a lei não estabelece teto para deduções com despesas de saúde da base de cálculo do IR. O contribuinte pode abater até R\$ 3.561,50 por dependente no caso da educação.

SAQUE Rogaciano Medeiros

INTOLERÁVEL

Os tiros e granadas disparados pelo ex-deputado Roberto Jefferson, bolsonarista, cacique do PTB, contra policiais federais em cumprimento de decisão judicial, constituem atentado terrorista, indiscutivelmente. O caso precisa ser tratado com rigor, inclusive para servir de exemplo e inibir novos atos de violência política. Sem condescendências.

MORTAL

Se o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB), pelo simples fato de ser aliado político do presidente da República, pode atirar contra o Estado e ferir dois agentes, impunemente, então é o triunfo da autocracia. A democracia não pode admitir, de jeito algum, ações que violem os limites institucionais, sob pena de estar construindo a própria morte.

ANTEVISÃO

O atentado terrorista de Roberto Jefferson contra agentes do Estado no exercício das funções, a exatamente uma semana do 2º turno da eleição presidencial, confirma o elevado grau de tensão eleitoral e o preocupante nível da violência política, além de ligar o sinal de alerta para o que pode acontecer se Bolsonaro for derrotado. Vai querer partir para a ignorância.

INDISPENSÁVEIS

Os segmentos das elites, sejam políticas, econômicas ou militares, que apoiam ou tentam minimizar os tiros disparados por Roberto Jefferson que feriram dois PFs e ainda negam a ligação do ex-deputado com Bolsonaro, não têm a mínima autoridade para falar em democracia. O respeito às regras é requisito básico para a vida democrática e os valores republicanos.